



ESPECIAL PRECARIIDADE | www.esquerda.net

PRECARIIDADE

NEM NO ESTADO NEM NO PRIVADO

PRECARIIDADE NO ESTADO Ninguém pode ficar para trás

O levantamento do número de trabalhadores da administração pública com vínculo precário veio provar uma realidade bem conhecida: o mesmo Estado que deve zelar pelo cumprimento das leis laborais é, enquanto empregador, um dos principais transgressores dessas leis.

O relatório identifica cerca de 116 mil trabalhadores com vínculo precário na administração central e local e nas empresas do Estado ou municipalizadas, mas deixa de fora as administrações regionais da Madeira e Açores e muitos milhares de pessoas que trabalham em instituições públicas a preencher necessidades permanentes nos serviços, mas que são contratadas através



de empresas externas - o chamado falso outsourcing. Nestas situações, a empresa fica com parte do salário do trabalhador e o Estado ainda lhe paga por isso. Ou seja, perdem os trabalhadores e os contribuintes.

O Bloco sempre exigiu a regularização da situação destes contratos precários

O Estado deve ser o primeiro a cumprir a lei. Por pressão do Bloco, o

governo aceitou iniciar um processo de avaliação em cada ministério, analisando caso a caso as situações de precariedade existentes, com a participação de representantes de trabalhadores. Sabemos que a integração dos precários no Estado depende da mobilização da sociedade e em particular destes trabalhadores, porque neste processo ninguém pode ficar para trás.

Catarina Martins:
"Agora é connosco" p. 4

Tirar a troika das relações laborais p. 2



Tirar a troika da legislação laboral

Bloco quer retirar do Código do Trabalho as normas impostas durante o período da troika pelo Governo PSD/CDS para devolver os rendimentos subtraídos a quem vive do seu trabalho e combater a precariedade laboral.

Durante os anos da intervenção da troika em Portugal o corte nos rendimentos do trabalho aconteceu de várias formas: aumento de impostos, alteração dos escalões do IRS, introdução da sobretaxa; cortes nos apoios sociais, congelamento das pensões e alteração das regras do

subsídio de desemprego; cortes salariais diretos, congelamento de carreiras e alterações à legislação laboral. Acabar com a herança do troika nesta área é um passo fundamental para recuperar os rendimentos dos trabalhadores e melhorar as condições de vida no nosso país.

O ataque da direita aos salários

PSD E CDS AUMENTARAM O TEMPO DE TRABALHO NÃO PAGO

Reduziram salários diminuindo a remuneração do trabalho suplementar

Exemplo para um trabalhador do quadro com:

- início de carreira aos 22 anos
- salário base 962,4 euros
- 14 salários/ano
- 315 horas extra/ano



ANTES DA TROIKA	HOJE
SALÁRIO BASE	SALÁRIO BASE
962,4 €	962,4 €
TRABALHO SUPLEMENTAR	TRABALHO SUPLEMENTAR
8,33 € PRIMEIRA HORA 9,72 € PRIMEIRA HORA	6,94 € PRIMEIRA HORA 7,63 € PRIMEIRA HORA
SALÁRIO ANUAL	SALÁRIO ANUAL
16 411 € / ANO	15 945 € / ANO

ANTES DA TROIKA	DURANTE A TROIKA
12 feriados	8 feriados
25 % de cada dia de trabalho suplementar em descanso compensatório	ELIMINADO

ANTES DA TROIKA	HOJE
COMPENSAÇÃO POR TRABALHO SUPLEMENTAR	COMPENSAÇÃO POR TRABALHO SUPLEMENTAR
315 horas trabalho suplementar/ano = 78,85 horas = 10 dias descanso	315 horas trabalho suplementar/ano = 0 horas descanso compensatório
FÉRIAS	FÉRIAS
25 dias de férias	22 dias de férias
FERIADOS	FERIADOS
12 feriados	12 feriados

AO TODO, OS TRABALHADORES PERDERAM 2.3 MIL MILHÕES DE EUROS

Portugal é o 10º país da OCDE onde se trabalha mais horas

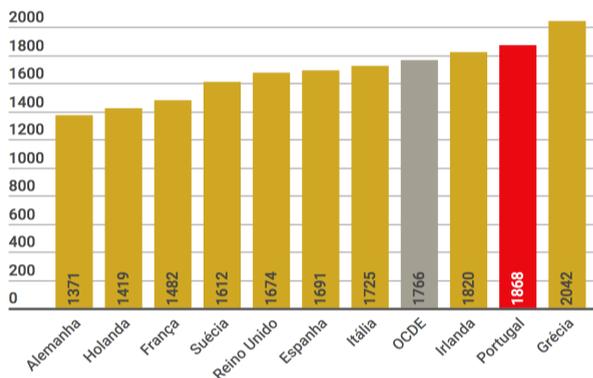
As estatísticas da OCDE voltam a evidenciar o divórcio entre os números da produtividade e do tempo de trabalho realmente realizado.

A OCDE publicou os dados sobre o número médio de horas anuais de trabalho por trabalhador em cada país em 2015 e Portugal passa a fazer parte dos dez países onde se trabalha mais horas,

apenas ultrapassado na União Europeia pela Grécia, Polónia e Letónia. Como nos anos anteriores, os últimos lugares na lista da OCDE pertencem à Alemanha e Holanda.

No conjunto dos países da OCDE, o México, a Costa Rica e a Coreia do Sul ocupam os três primeiros lugares, acompanhando a Grécia no lote de países membros onde se trabalha em média mais de 2000 horas por ano.

MÉDIA ANUAL DE HORAS POR TRABALHADOR, 2015



1868 horas é a média anual de horas de cada trabalhador português, ou seja, mais 102 horas do que a média da OCDE.

Bloco quer paridade total no Estado

O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta na Assembleia da República para garantir a participação igualitária de homens e mulhe-

res em todos os órgãos de tomada de decisão e liderança do Estado, das fundações e empresas públicas.



Ter uma morte digna é um direito

O direito a uma morte digna é um direito fundamental, uma liberdade que deve ser deixada à consciência de cada um e de cada uma que tenha o pleno uso das suas faculdades. Quem tenha uma lesão definitiva ou doença incurável e fatal

que lhe cause sofrimento duradouro e insuportável deve poder optar e escolher por termo ao seu sofrimento. É por isso, que em nome da defesa da dignidade das pessoas, o Bloco de Esquerda defende a sua regulamentação.

Justiça para quem trabalha

1.

Reversão do embaraço dos despedimentos, que promove a precariedade e o desemprego

2.

Repor os dias de trabalho não pagos que foram impostos aos trabalhadores, recuperando os 25 dias de férias e repondo o direito ao descanso compensatório por trabalho suplementar;

3.

Fim da norma que permite que o trabalhador precário possa assinar contratos que isentem o patrão de pagar compensações.

4.

Remunerar de forma justa o trabalho extraordinário e desincentivar o abuso das horas extra e o prolongamento de horários.

5.

Relançamento da contratação coletiva, com reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e fim da caducidade das convenções coletivas.

6.

Repor os valores anteriores a 2012 de majoração por cada hora de trabalho suplementar: 50% na primeira hora e 75% nas seguintes; o trabalho aos feriados deve voltar a ter uma majoração de 100%.

7.

Revogar o corte de 10% no subsídio de desemprego após 6 meses de atribuição

8.

Reversão da facilitação e da flexibilização dos despedimentos introduzida na legislação laboral



Reduzir direitos faz crescer o emprego?



Segundo dados oficiais do INE, cerca de meio milhão de trabalhadores cumprem horas extraordinárias, numa média de 315 horas por ano. Isso significa que, anualmente, se contabilizam quase 135 milhões de horas de trabalho suplementar. Se todo o trabalho suplementar fosse transformado em postos de trabalho, isso corresponderia a perto de 65 mil postos de trabalho. Ou seja, estas alterações à legislação laboral são contrárias à criação de emprego.

Bloco
ESQUERDA DE CONFIANÇA



CATARINA MARTINS: "Agora é connosco"

Neste artigo, a coordenadora do Bloco faz o ponto da situação quanto aos acordos para parar o empobrecimento do país.

Com o chumbo parlamentar do decreto que reduzia a TSU às empresas que praticam o Salário Mínimo Nacional, foi decretado no comentário público o estado de "crise da geringonça". Passos Coelho anunciou ao país que, sempre que a esquerda se opuser a uma medida do governo e a chamar à aprovação no parlamento, o PSD votará contra essa medida para a impedir, mesmo que concorde com ela ou já a tenha proposto no passado. Proponho-me a partilhar aqui a reflexão que fazemos, no Bloco de Esquerda, sobre as potenciais implicações desta alteração.

O chumbo da baixa da TSU patronal provou que a existência de divergências entre o PS e os partidos à esquerda não implica uma crise política.

Pela nossa parte, não abandonamos qualquer posição de princípio, antes contribuimos para afastar uma medida errada e para condu-

zir a uma solução vantajosa para os trabalhadores e para a Segurança Social. O governo acabou por adotar uma proposta melhor. A vítima deste caso é, seguramente, a ideia de "geringonça". Ao dar essa alcunha à maioria parlamentar que viabilizou o governo, a direita quis pintar uma aberração política. Passou mais de um ano sobre a assinatura dos acordos, com dois Orçamentos do Estado aprovados e convivendo nas diferenças e nas divergências (condições de transparência da administração da Caixa Geral de Depósitos ou baixa da TSU são apenas dois desses momentos). Essa "geringonça" já só é frágil aos olhos de quem tão mal a batizou. O acordo para parar o empobrecimento do país prossegue, com reformas estruturais tão importantes como o aumento do Salário Mínimo Nacional.

Alguns inveterados do centrão ainda explicam a atual maioria como mera alavanca do PS para conquistar o governo. As decisões que contam seriam feitas, como no passado, por acordo entre o PS e a direita, segundo o modelo do Orçamento Retificativo que entregou o Banif ao Santander. Assim, Bloco e PCP garantiam os deputados necessários para PS ser governo; PSD, abstendo-se, garan-

tia a governação do costume nos setores-chave. Essa "geringonça", se alguém a desejasse, está agora comprovadamente condenada. A governação só pode afirmar-se e ter apoio social e político se responder à vontade expressa nas eleições de 4 de outubro de 2015 e aos acordos assinados. Para isso, o esforço negocial e a coerência do governo devem fazer-se à esquerda. Se assim tivesse sido sempre, este episódio TSU não teria existido.

Estão por concretizar matérias tão determinantes como o reforço do Serviço Nacional de Saúde, a progressividade do IRS, o descongelamento de carreiras na Função Pública, o combate à precariedade e a reativação da contratação coletiva.

O acordo não é uma simples lista de tarefas e metas. É um compromisso político para dar conteúdo político a uma expectativa de mudança à esquerda. E essa está longe de esgotada; mal começou.

A pressão europeia e a chantagem financeira vão manter-se, contrariando qualquer opção que recuse o dogma neoliberal. Essa pressão estará presente contra o aumen-

to do salário mínimo para 600€ ou contra uma nacionalização do Novo Banco. O erro maior seria ceder. Não ganharíamos a paz e perderíamos o país.

O acordo não está esgotado. O que chegou é um momento de clara separação de águas e que exige renovada determinação.

A valorização do trabalho teria sempre a oposição patronal e europeia; a defesa das funções do Estado e um investimento público modernizador exigiria sempre a libertação dos recursos necessários. A reestruturação da dívida, necessidade que já ninguém contesta, deve deixar de ser tabu para o governo e o acordo de Bruxelas deve deixar de ser condição. Não resta dúvida de que o acordo da mudança é sólido. No respeito pelo seu objetivo primeiro - "virar a página das políticas que traduziram a estratégia de empobrecimento seguida por PSD e CDS" - ganha a densidade necessária para enfrentar cada problema em cada tempo. Saibamos pois colocar as questões para encontrar as soluções. PS, Bloco de Esquerda, PCP e PEV, agora é connosco.



ADERE AO BLOCO

Também podes fazê-lo em Bloco.org

O Bloco de Esquerda tem um percurso de causas e combates. Um percurso que faz toda a diferença contra os interesses mais fortes na sociedade portuguesa.

Uma esquerda combativa precisa de mais força e mais vozes. No Bloco falta uma, a tua!

[quero saber mais]

[quero aderir]

Preenche, recorta e envia para: Bloco de Esquerda, R. da Palma 268, 1100-394 Lisboa

[nome]

[morada]

[cod. postal]

[email]

[telefone] [telemóvel] [idade]

Os dados enviados destinam-se apenas para utilização do Bloco de Esquerda. Tens o direito de aceder a essa informação para retificar ou cancelar os mesmos.